

# A ESCOLA POPULAR DE JOVENS E ADULTOS PARA O ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Andreza Carmo Lacerda<sup>1</sup>

Sandra Elaine Aires de Abreu<sup>2</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem como tema a educação de jovens e adultos e a exclusão social no Brasil, sendo o objetivo geral analisar o papel da educação de jovens e adultos para o enfrentamento da exclusão social no Brasil. Para isso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e análise documental, dentro da abordagem qualitativa. O aluno da Educação de Jovens e Adultos é guiado nos processos de ensino – aprendizagem a transformar saberes não formais, experiências de vida, em saberes científico, para que o mesmo se torne um cidadão crítico e usufrua dos seus direitos perante a sociedade. Esse educando é o protagonista na modalidade de ensino da EJA e com o professor, sendo mediador deste processo de aprendizagem, terá uma melhor aprendizagem, diminuído um grande vilão dessa modalidade que é a evasão escolar. A Educação de Jovens e Adultos, dá condições de qualidade de vida no meio social em que esses sujeitos estão inseridos e lhes capacita para usufruir dos seus direitos civis bem como consumação dos seus planos de vida pessoal, social e profissional.

**Palavras-chave:** EJA. Exclusão. Perfil dos alunos.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a educação de jovens e adultos e a exclusão social no Brasil, sendo o objetivo geral analisar o papel da educação de jovens e adultos para o enfrentamento da exclusão social no Brasil. Para isso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e análise documental, dentro da abordagem qualitativa.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser definida como a oferta de oportunidades educacionais destinadas a indivíduos acima de 15 (quinze) anos, que interromperam ou não concluíram seus estudos no tempo devido. (Brasil, 2013) Essa modalidade de ensino é estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e regulamentada atualmente pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013).

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA). 2021. Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>2</sup> Orientadora. Pós- doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). [sandraeaa@yahoo.com.br](mailto:sandraeaa@yahoo.com.br)

No Brasil, segundo Ghiraldelli Júnior (2009) e Paiva (1987), as primeiras ações de educação voltadas para os adultos, dentro das demandas para as massas populares, datam do período colonial a partir do trabalho no campo educacional dos padres jesuítas. Esses religiosos alfabetizavam os adultos com as mesmas estratégias usadas com as crianças, sendo este um ensino voltado para a catequização e primeiras letras<sup>3</sup>. Nesses termos, pode-se dividir as práticas educacionais no período colonial da seguinte forma

A educação escolar no período político do Brasil Colônia passou por três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas realizadas pelo Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a época de D. João VI no Brasil (1808-21), quando então nosso país foi sede do Império Português (GHIRALDELLI JUNIOR, 2009. p.1).

Ademais, segundo Paiva (1987), por volta das décadas 1870 e 1880 ocorreu um período marcado por um surto do progresso. Dentro desse quadro, surgem as primeiras escolas de adultos através da reforma eleitoral pelo Decreto n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881, Lei Saraiva, cujas principais diretrizes propunham a obrigatoriedade escolar dos adultos nos lugares onde se comprovasse a existência de escolas noturnas, tendo em vista que a população analfabeta ficou impedida de votar (PAIVA, 1987). Contudo, apesar dos esforços, a educação de adultos não foi valorizada e efetivada, tendo em vista que o ensino voltado para as massas populares não era uma modalidade de ensino de interesse do governo imperial (PAIVA, 1987).

Durante a primeira metade do século XX, ocorreram outras iniciativas para a educação de adultos. Assim, nas décadas de 20 e 30, desenvolve-se uma nova onda de educação com sentido bem claro, voltada para a difusão ideológica (marxista, liberais e o entusiasmo pedagógico) de poder tanto nas iniciativas formais como nos programas extraescolar, ofertado pelo sistema de ensino e da educação moral e cívica (PAIVA 1987).

Nesse âmbito, no ano de 1932, Anísio Teixeira assumiu o cargo de conselheiro geral da UNESCO deixado por Fernando de Azevedo e fez modificações nas diretrizes de ensino vigentes.

Nesse mesmo período, outras ações foram direcionadas para o ensino de adultos, segundo Paiva (1987)

---

O decreto n.º 3.763 de 1/ fevereiro/ 1932 modificava algumas disposições da reforma e criava os cursos de continuação e aperfeiçoamento, a serem ministrados nos estabelecimentos de ensino profissional. Finalmente, no ano seguinte, o decreto n.º 4.299 de 25 de junho reforma o ensino elementar de adultos e organizava os cursos de continuação e aperfeiçoamento (1987, p.169)

De acordo com essas medidas, as ofertas de ensino seriam ministradas de acordo com a necessidade do aluno e oportunidade de emprego, bem como as atividades existentes no momento, somente em horário noturno sem formalidade especial. Todavia Paiva (1987) discorre que esses cursos não puderam ser implantados por falta de recursos orçamentários.

Outrossim, em meados de 1945, no governo de Getúlio Vargas, foi desenvolvido a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) com o objetivo de superação dos altos índices da taxa de analfabetismo no Brasil. O interesse político dessa ação estava em aumentar a escolarização, principalmente das zonas rurais, tendo em vista o avanço do industrialismo, sendo que

[...] seu fundamento político ligado a implicação das bases eleitorais se acompanhava das ideias de 'integração' como justificação social e de 'incremento da produção' como justificação econômica. Era preciso impedir a desintegração social, lutar pela paz social e promover a utilização ótima das energias populares através da recuperação da população analfabeta que ficava a margem do processo de desenvolvimento do país. (PAIVA, 1987. p.179, grifos do autor)

Nesse sentido, a educação de adultos destacou-se como importante para a democracia no sentido de organização social e combate a marginalização dos analfabetos. Acerca disso, concebia-se que

Devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo, desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se a vida social e as preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrera para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral.(PAIVA,1987.p179 apud LOURENÇO FILHO).

Na segunda metade do século XX, no governo de Kubitschek, percebe-se novos movimentos em prol da educação de adultos. Em 1958, ressurgiu o interesse da educação das massas e disputa de poder, objetava-se campanhas tradicionais a sua falta de adequação as novas condições criadas pela política "desenvolvimentista", sua eficiência na formação de mão de obra educada para as indústrias (PAIVA, 1987). Entretanto, o programa de educação para adultos é deixado de lado por dois anos no

novo governo instalado. Em 1966, a União retoma o problema através do Ministro da Educação (plano complementar) e de apoio a cruzada Campanha de Educação de adolescentes e adultos (CEAA), em colaboração a Agency for International Development (USAID) (PAIVA, 1987).

Em 1967, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e os programas de alfabetização funcional e restrito não foram considerados no novo plano político, a campanha começou com a alfabetização em massa, ligada as necessidades política eleitoral bem como preocupação socioeconômica e político ideológica, mas sem muito aprofundamento na extensão educativa (PAIVA,1987).

### **Os alunos da Educação de Jovens e Adultos, EJA, e a exclusão social**

Como já citado anteriormente, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, EJA, volta-se para o atendimento de jovens e adultos com 15 (quinze) anos ou mais, que, por algum motivo, não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade certa ou desistiram de estudar, abandonando a escola.

O perfil dos alunos da EJA, em sua maioria, são trabalhadores e não trabalhadores em busca de melhorias das condições de vida, da autoestima, que buscam vencer as barreiras da exclusão provocadas por um sistema educacional excludente. Acerca desses sujeitos tem-se que

75% são casados, 15% separados e 10% são solteiros; 80% possuem filhos e 91,7% dos alunos são trabalhadores. Dos que trabalham 70,9% possuem carteira de trabalho assinada e 90,9% trabalham na zona urbana, com renda de até um salário mínimo (89,1%); 65 % não residem próximo as escolas que oferecem a EJA (MELO; SANTOS; MARTINS, 2015. p.66).

Diante do exposto acima, pode-se inferir que os alunos da Educação de Jovens e Adultos tiveram suas histórias marcadas pela exclusão social, cujo significado contextual e real abrange maneiras diferentes como a exclusão por características, ou seja, por determinados grupos que se identificam nas suas escolhas, religião, aspectos econômicos, sociais, culturais e políticas. A exclusão social pode também ser identificada na questão histórica, nas modificações dos modos de viver de cada grupo em cada país e em cada período (ESTIVAL,2003).

Nessa mesma análise, Estival (2003) destaca a complexidade em definir a exclusão, pois muitos indivíduos apontados como excluídos podem não se considerarem nessa situação. Para os alunos da Educação de Jovens e Adultos,

através do mesmo autor, pode-se identificar que o espectro da exclusão social está no fracasso desses sujeitos em alcançar o que ambicionam para eles e suas famílias, como expõe

Talvez fosse necessário começar por constatar que a exclusão está relacionada com a insatisfação, o mal-estar de todo ser humano quando se encontra em situação nas quais não pode realizar aquilo que deseja e ambiciona para si próprio e para a sua família. Partindo deste ponto de vista, a exclusão teria uma certa carga subjetiva, apoiada em ações matéricas. (ESTIVAL, 2003. p.13)

Nesses termos, percebe-se que a EJA, em especial, atende na sua maioria pessoas que, em algum momento ou circunstância da vida, ficaram a margem do contexto educacional e que tendem em voltar para escola, buscando uma formação que, no futuro, possibilite um emprego melhor e a satisfação dos seus projetos/ambições de vida. Assim, pode-se dizer que essa modalidade de ensino tem um aspecto de função social (MELO; SANTOS; MARTINS, 2015).

### **A organização da Educação de Jovens e Adultos e sua importância para o crescimento pessoal e social dos educandos**

De acordo com o perfil dos alunos desse estudo, percebe-se que a oferta de ensino na modalidade de Jovens e Adultos apresenta especificidades. Isso pode ser percebido a partir da análise da política nacional voltada para essa modalidade.

Acerca das diretrizes da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, tem-se que a responsabilidade de oferta dessa modalidade de ensino é de incumbência do poder público, que deve estimular e viabilizar o acesso e permanência dos discentes, conforme está expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013)

Artigo 37 - traduz os fundamentos da EJA ao atribuir ao poder público a responsabilidade de estimular e viabilizar o acesso e a permanência do trabalhador[estudante] na escola, mediante ações integradas e complementares entre si, mediante oferta de cursos gratuitos aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular (BRASIL, 2013, p.41).

Além disso, o poder público também deve garantir a gratuidade dessa oferta e possibilitar oportunidades educacionais, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames, seguindo as prescrições legais que indicam

Art. 43 Os sistemas de ensino assegurarão, gratuitamente, aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade própria, oportunidades educacionais adequadas às suas características, interesses, condições de

vida e de trabalho mediante cursos e exames, conforme estabelece o art. 37, § 1o, da Lei no 9.394/96. (BRASIL, 2013, p.141)

Ainda considerando as particularidades do público atendido na Educação de Jovens e Adultos, o currículo bem como a escola devem pautadas pela flexibilidade (BRASIL, 2013). Isso porque é preciso levar em consideração as condições de vida do aluno/trabalhador, seu trabalho e seus interesses, tendo em vista que muitos discentes estão empenhados e estudando novamente para conseguir melhorias das suas condições profissionais e pessoais (ESTIVAL, 2003)

Outra diferenciação dessa modalidade de ensino é a valorização das vivências dos estudantes na perspectiva de constituir um ensino mais significativo. Assim sendo, mediante as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), são necessários o rompimento e a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes de modo a garantir conteúdos significativos aos alunos, promovendo suporte a todos os alunos e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas. Para isso, deve-se valorizar as características dos educandos, proporcionando atividades de vivências, uma vez que existe uma grande variação de idade dos alunos em uma mesma sala de aula (GOUVEIA; DA SILVA, 2015).

As prescrições legais acerca da Educação de Jovens e Adultos destacam que a idade mínima de ingresso é de 15 (quinze) anos completo para a realização de exames de conclusão da EJA (BRASIL, 2013). Esse estabelecimento facilita o acesso dos alunos a modalidade, porém acaba gerando um problema, pois pode acontecer de um aluno ser reprovado várias vezes na escola e acabar desistindo de frequentá-la para esperar a idade de entrar na EJA e poder realizar exames de conclusão dos níveis de ensino, prejudicando a qualidade de sua escolarização. (GOUVEIA; DA SILVA, 2015)

O foco da Educação de Jovens e Adultos é humanístico, ou seja, empenha-se na formação integral e na qualidade de vida dos educandos (BRASIL, 2013). Dessa forma, é preciso também atentar para a formação do docente que atua nesse ensino. Assim, os professores devem ser preparados e qualificados para desempenharem seu papel na formação integral dos discentes na Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2013).

Segundo Gadotti e Romão (1995), o resultado da combinação das diretrizes e da prática pedagógica coerente em sala de aula proporciona ao educando condições

para seu desenvolvimento pessoal e social. Isso porque, ao considerar as especificidades dos alunos e trabalhar saberes referentes a sua cotidianidade, o estudante é inserido em vivências que o possibilitam a asserção aos seus direitos como cidadão e, a partir da aquisição de conhecimentos, o aluno/trabalhador pode buscar melhores oportunidades de trabalho para alcançar os objetivos para si e sua família.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino da Educação Básica no Brasil, sendo regulado pelas Diretrizes Nacionais da Educação Básica (2013). Esse ensino destina-se a um público específico, indivíduos com 15 (quinze) anos ou mais, que não puderam concluir seus estudos na idade certa.

A modalidade de ensino em questão apresenta grandes particularidades em relação as demais ofertas de ensino no país. Dentre as especificidades está a condição dos alunos que são geralmente trabalhadores que buscam melhorias na condição de vida, oportunidades de emprego para poder buscar seus objetivos de vida. Esses sujeitos são marcados pela exclusão social, uma vez que se encontram a margem da sociedade devido à falta de escolaridade.

O aluno da Educação de Jovens e Adultos é guiado nos processos de ensino – aprendizagem a transformar saberes não formais, experiências de vida, em saberes científico, para que o mesmo se torne um cidadão crítico e usufrua dos seus direitos perante a sociedade. Esse educando é o protagonista na modalidade de ensino da EJA e com o professor, sendo mediador deste processo de aprendizagem, terá uma melhor aprendizagem, diminuído um grande vilão dessa modalidade que é a evasão escolar.

Vale destacar também que as vivências em sala de aula dos jovens e adultos são indicativos eficazes para o desenvolvimento pessoal e social desses indivíduos, pois eles têm novas oportunidades de crescimento intelectual, conscientização quanto a sua cidadania e aquisição de recursos cognitivos que lhes possibilitem ocupar vagas de empregos com melhores remunerações.

Assim sendo, conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos, dá condições de qualidade de vida no meio social em que esses sujeitos estão inseridos e lhes

capacita para usufruir dos seus direitos civis bem como consumação dos seus planos de vida pessoal, social e profissional.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de Abreu. Pesquisa e análise documental. **Anais do XVI Seminário de Atualização de Práticas Docentes**: competências docentes no século XXI e em outros também... Centro Universitário de Anápolis, UniEVANGELICA, 2008. Disponível

em: <http://www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/01.pdf> . Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**: Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.p. 08-159.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2007.

Estivil, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social conceito e estratégia**: STEP/SÃO PAULO :bureau internacional do trabalho; 2003.p05-20.

Godotti, moacir; Ramão, José E. **Educação de jovens e adultos teoria, pratica e proposta**: são Paulo: intitulo Paulo Freire; 1995.p13-28.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Filosofia e historia da educação Brasileira**. 2. ed. Sao Paulo: Manole, 2009.p.1-7.

GOUVEIA, D.S.M; SILVA, A.M.T.B.A ampliação da faixa etária da EJA e o convívio intergeracional: pontos e contrapontos. **Revista Científica Interdisciplinar**, nº3, v2, 2015. Disponível em: <http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/download/121/60>. Acesso em: 18 maio.2021.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra; MOREIRA, Érika Vanessa.A pesquisa qualitativa em Geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n.37, v.2, p.27-55, ago./dez. 2015.Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/download/4708/3618>.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

Melo, César Henrique de; Santos, Álvaro da Silva; Martins, Niura Sueli de Almeida.Educação de jovens e adultos: perfil dos professores e alunos num a escola pública. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no**



**Contexto Social**, Universidade federal do triangulo mineiro, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=497950365002>. Acesso em: 06 outubro.2020.p.66-67.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa em Direito. 3.ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina de elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 4ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987. p. 165 – 294.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.